

CURSO
CONSTRUINDO DEMOCRACIA E LIBERDADE

+ MULHERES
NO **PODER**

CADERNO DE FORMAÇÃO

Formação Mais Mulheres no Poder
abril a junho de 2022

REALIZAÇÃO



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

CADERNO DE FORMAÇÃO
CURSO
CONSTRUINDO DEMOCRACIA E LIBERDADE
**+MULHERES
PODER**

Fundação Lauro Campos & Marielle Franco

Presidente da Fundação

Natalia Szermeta

Coordenação da Formação +Mulheres no Poder

Maria Julia Leonel

**Elaboração da Metodologia & Material de apoio da Formação
+Mais Mulheres no Poder**

Priscilla Brito

Cristina Lima

Bibiana Serpa

Sophia Branco

CADERNO DE FORMAÇÃO

+ MULHERES NO PODER

Vinte e cinco anos depois da aprovação das cotas femininas no Parlamento (Lei 9504/1997) ainda temos muito o que avançar. O Partido Socialismo e Liberdade historicamente elege mulheres comprometidas com as lutas feministas em todo o país, mas ainda é longo o caminho rumo à paridade de gênero.

Fomos apenas 33,55% do total de candidaturas nas eleições 2020. Na Câmara Federal, as eleitas representam somente 15% das cadeiras. É urgente ter mais mulheres no poder, não só para aumentar o número de representantes, mas para avançar nas lutas em defesa da democracia, da igualdade de gênero e no enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia e à miséria.

Ciente desse desafio, a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco realiza a formação “Mulheres no Poder”, voltada para as candidatas que estejam começando sua vida na política partidária. O objetivo é inspirar, conectar e nutrir de informações aquelas que desejam ecoar as lutas por direitos nas eleições proporcionais de todo o país.

Esperamos que esta formação seja um elemento no fortalecimento das candidaturas de mulheres do partido e para avançarmos rumo à ampliação do número de candidatas eleitas, alcançando – no mínimo – a proporcionalidade das mulheres que compõem a população brasileira.

Para a Fundação, é fundamental fornecer subsídios para a militância, de forma crítica e aberta, dando ferramentas para que as candidatas enfrentem os debates que ocorrem na sociedade, além de construir a democracia no país.

Em uma parceria inédita, a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

coordena as atividades com o apoio a Fundação Rosa Luxemburgo. O apoio metodológico é da Universidade Livre Feminista, que há 13 anos constrói uma pedagogia feminista e popular na internet, valorizando as experiências das mulheres e suas lutas na construção dos saberes.

Fundação Lauro Campos & Marielle Franco

PRINCÍPIOS DA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA

Desde a criação da Universidade Livre Feminista, estamos desenvolvendo uma metodologia que consiga adaptar para o ambiente EaD (Educação à Distância) elementos da práxis educativa popular e feminista. Nossa referência é o feminismo antissistêmico, que enfrenta o patriarcado, o racismo e o capitalismo, se configurando, ao mesmo tempo, como movimento social, como teoria crítica e como projeto de vida para as mulheres que se organizam a partir do Sul global.

Compreendemos que as relações sociais são estruturadas pelas desigualdades de gênero, de raça, etnia e de classe e estão de tal forma interligadas que não podemos separá-las. Tudo está “junto e misturado”, e as formações políticas feministas devem sempre levar isso em conta.

Partindo dessa perspectiva, são princípios da Universidade Livre Feminista:

Democratização do conhecimento e da informação

Oferecemos processos de formação política feminista gratuitos e buscamos promover a inclusão digital das mulheres.

Conhecimento como construção coletiva

Inspiradas pela filósofa feminista Françoise Collin, promovemos o encontro entre o “pensamento pensado”, já produzido e sistematizado, e o “pensamento pensante”, que

é o pensamento vivo, em elaboração na prática política dos movimentos feministas.

Reconhecimento das condições de vida das mulheres

As mulheres estão inseridas em diferentes contextos e nós tomamos tais realidades como referência para a reflexão. É essencial estabelecer relações entre as questões debatidas nos cursos e os desafios enfrentados pelas mulheres no dia a dia.

Valorização das vivências e experiências cotidianas

Entendemos que os conhecimentos e experiências trazidos pelas participantes são elementos centrais do processo educativo. Incentivamos o compartilhamento e a análise crítica destes saberes para elaboração coletiva de conhecimentos.

Metodologias Participativas

Como forma de trazer o lúdico para o ambiente EaD, utilizamos ferramentas e dinâmicas que estimulam o diálogo e articulam materiais como textos, áudios e vídeos ao uso de músicas, poesias, crônicas, encenações etc.

Debate de ideias e posições políticas

Para construir conhecimentos diversos, coletivos e colaborativos, promovemos um espaço onde o respeito mútuo é fundamental, bem como a abertura e acolhimento para colocar seus pensamentos e posicionamentos políticos.

Diferentes dimensões do aprendizado

Partimos da crítica feminista à separação entre o pessoal e o político, emoção e razão, sociedade e natureza, individual e coletivo, para construir ações educativas articulem as diferentes dimensões reflexiva, corporal e emocional do aprendizado.

O pessoal é político

Buscamos criar um espaço de acolhimento e troca, em que as experiências, vivências, dúvidas e questionamentos de caráter pessoal podem ser objeto de partilha e de reflexão, sempre dialogando com as questões críticas e sociais que estão em debate.

ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Nossa formação começa no dia 26 de abril, com previsão de encerramento no dia 21 de Junho. Ela está dividida em 5 TRILHAS. Cada trilha tem duração de 15 dias de formação. Na primeira semana de cada trilha, teremos um debate de conteúdo em formato de LIVE com profissionais das áreas e/ou políticas eleitas pelo partido. Na segunda semana, teremos OFICINAS práticas de construção de candidatura em que serão propostos exercícios para as candidatas e suas equipes de campanha. Os debates e oficinas serão gravados e as participantes poderão acessá-los durante sete dias após a sua realização.

Nos intervalos entre as lives e as oficinas, teremos GRUPOS DE DISCUSSÃO no whatsapp (zap), que serão mediados por educadoras formadas pela Universidade Livre Feminista. As inscritas serão divididas nos grupos, onde ocorrerão debates a partir de questões colocadas pelas educadoras. Seguindo os princípios da pedagogia feminista à distância da Universidade Livre Feminista, os grupos funcionarão a partir de acordos sobre o autocuidado e o cuidado coletivo com as informações e os dados compartilhados nestes espaços. Eles terão uma dinâmica específica de funcionamento e regras internas, que serão explicadas pelas educadoras no decorrer dos debates.

Devido às especificidades das candidaturas femininas (múltiplas jornadas de trabalho, falta de estrutura para a candidatura e a concorrência da agenda), é possível que pessoas da equipe da candidata participem dos debates e oficinas no lugar da mesma. No entanto, as substituições se restringem às atividades síncronas e não aos grupos de discussão (neles ficarão somente as candidatas). A participação de pessoas da equipe das candidatas nas atividades síncronas devem ser comunicadas para as educadoras do curso antes da realização das atividades.

Além disso, a coordenação da formação está disponível para dúvidas, questões e sugestões das candidatas. O processo eleitoral é dinâmico e adaptaremos as discussões e a metodologia pensada às nossas necessidades sempre que necessário.

TRILHAS - NOSSO PERCURSO PEDAGÓGICO

A formação “Mais mulheres no Poder”, da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, é voltada para as novas candidatas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) nas eleições de 2022. Para dar suporte às atividades propostas, organizamos neste caderno os textos, materiais e exercícios práticos que serão propostos ao longo de todo o nosso percurso formativo. São informações resumidas e complementares aos debates realizados nos encontros.

Para aprofundar os temas que perpassam as candidaturas, sugerimos outra formação disponível no site da Fundação: A vida e a luta das mulheres na atualidade: feminismos, direitos e poder!

Para cada TRILHA, temos um texto de apresentação do tema com alguns dados relevantes. Todos eles têm referências e sugestões de leituras para aprofundamento. Já para as oficinas, oferecemos algumas ferramentas que ajudam nos processos de construção da candidatura. Elas estão organizadas aqui por links que levam para a pasta da formação. São materiais com formatos variados (guias em pdf, tabelas de excel e outros documentos) e objetivos práticos.

Trilha 1: Por que mais mulheres no PODER?

Live: Por mais mulheres na política!

Data: 26 de abril, 19h.

Oficina: Perfil de candidatura e planejamento de campanha.

Data: 2 de maio, 19h.

Grupo de discussão: Apresentação de 27 a 30 de abril

Grupo de discussão: Forças e fragilidades das nossas candidaturas

de 3 a 7 de maio

Trilha 2: Para que candidaturas mais diversas?

Live: Gênero em intersecção com raça, classe e sexualidade. Oficina: Políticas públicas na perspectiva dos cargos e candidaturas.

Data: 9 de maio, 19h.

Data: 16 de maio, 19h.

Grupo de discussão:
de 10 a 14 de maio

Grupo de discussão: Forças e fragilidades das
nossas candidaturas
de 17 a 21 de maio

Trilha 3: Por uma política que enfrente a miséria e promova a dignidade das mulheres

Live: Desafios do Brasil Pós-Pandemia Oficina: O que queremos transmitir? Mensagens e comunicação de campanha.

Data: 23 de maio, 19h.

Data: 30 de maio, 19h.

Grupo de discussão:
de 24 a 28 de maio.

Grupo de discussão:
de 31 de maio a 4 de Junho.

Trilha 4: Recursos para as candidaturas femininas

Live: Financiamento de campanhas e o machismo institucionalizado da política

Data: 6 de Junho, 19h.

Oficina: Fundo eleitoral, crowdfunding e organização do financeiro da campanha

Data: 13 de Junho, 19h.

Grupo de discussão:
de 7 a 11 de Junho

Grupo de discussão:
de 14 a 18 de Junho

Trilha 5: A gente se encontra na luta: Contra o fascismo e em defesa da democracia

Live: Encerramento do curso - Diálogo com movimentos

Data: 20 de junho, 19h.

Grupo de discussão:

Avaliação do processo

Data: de 21 a 25 de junho

TRILHA 1 POR QUE MAIS MULHERES NO PODER?

Live: Por mais mulheres na política!
Data: 26 de abril, 19h.

Oficina: Perfil de candidatura e
planejamento de campanha.
Data: 2 de maio, 19h.

Grupo de discussão: Apresentação
de 27 a 30 de abril

Grupo de discussão: Forças e fragilidades
das nossas candidaturas
de 3 a 7 de maio

Na TRILHA 1, além do debate sobre a representação das mulheres hoje, vamos conversar sobre os aspectos práticos do planejamento de campanha. No grupo de WhatsApp, teremos uma apresentação e conversaremos sobre os medos e expectativas com os quais estamos lidando nessa jornada.

POR QUE SOU CANDIDATA?

A decisão por uma candidatura é um momento fundamental da trajetória política de uma mulher. Em geral, não acontece por acaso, é fruto de uma trajetória. As nossas relações – profissionais, pessoais, de militância – organizam a nossa visão da política e nos ajudam a compreender a importância de mais mulheres ocuparem espaços de poder.

São muitas as experiências que nos trazem até aqui. Ter amigos e amigas atuantes na política, fazer parte dos movimentos estudantis, participar de coletivos, movimentos sociais ou sindicatos, realizar trabalhos voluntários, se filiar ao partido, conhecer alguém que se candidatou. Tudo isso pode fazer nascer o desejo de se candidatar.

E além delas, temos um contexto político que nos convoca, que faz transbordar a necessidade de mudança. Estamos em 2022, com o Bolsonarismo entranhado na nossa sociedade e precisamos derrotá-lo, não só nos espaços de poder, mas na sociedade. E não é só isso: estamos enfrentando a fome, o desemprego, a falta de segurança pública, a criminalização dos movimentos sociais e muitos outros desafios.

As crises que estamos vivendo despertam o sentimento de que precisamos fazer algo para mudar. Uma mulher se candidatar é um ato de cidadania. É difícil se ver como mulher na política. Somos poucas ainda, menos ainda mulheres negras, não temos muitas em quem nos espelhar. A política é majoritariamente ocupada por homens e faz com que a nossa decisão seja um ato de coragem.

Tomar essa decisão não é fácil. E vem a pergunta: eu vou conseguir? Vou saber fazer? Tenho a experiência necessária? Faço parte de movimentos relevantes? Como a minha família e meus amigos vão lidar com isso? Com quem vou poder contar?

A IMPORTÂNCIA DAS NOSSAS CANDIDATURAS

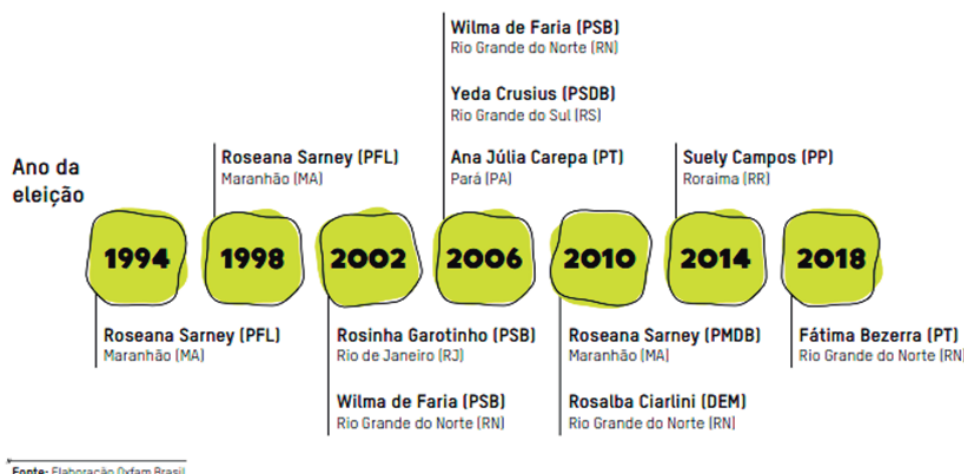
O número de mulheres eleitas na política brasileira é baixo, muito baixo. Chega a ser vergonhoso. Somos 51,8% da população brasileira e 48% das pessoas filiadas a partidos políticos. Mas somos apenas 15% das deputadas e senadoras no Congresso Nacional. O Brasil ocupa o 145º lugar quando se trata de participação feminina em cargos legislativos nacionais.

Estamos sub representadas também nos outros cargos. Das 5.570 prefeituras no país, apenas 11,9% são governadas por mulheres, e das 57.814 vagas espalhadas nas Câmaras Municipais, menos de oito mil são ocupadas por vereadoras. Em 2018, apenas uma mulher foi eleita governadora: Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte. Em 2020, entre as capitais brasileiras, a

única prefeita eleita foi Cinthia Ribeiro (PSDB), de Palmas (TO). As eleições de 2006 tiveram o maior número de mulheres eleitas para governos estaduais: três. E para a presidência, até hoje só Dilma Rousseff (PT) foi eleita (em 2010 e 2014).

Segundo o ranking de 2018 da União Interparlamentar, organização que analisa parlamentos mundiais (link: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2022>). As duas únicas nações do mundo com mais representantes mulheres em parlamento nacional do que homens são Ruanda (61,3%) e Cuba (53,4%).

Imagem 1: Mulheres eleitas governadoras desde a redemocratização do Brasil:



A Câmara dos Deputados teve, em 195 anos de história, 7.333 parlamentares, incluindo suplentes que assumiram o cargo. Em 90 anos, nós mulheres ocupamos somente 266 cadeiras e, até a década de 1990, a representatividade na Câmara não chegava a 5% .

A primeira ação afirmativa para mudar esse quadro foi em 1995, com a Lei 9.100. O texto, da então deputada federal petista Marta Suplicy, estabeleceu o mínimo de 20% de candidaturas a mulheres para vagas de vereança em Câmaras Municipais. Em 1997, com a Lei 9.504, a cota valeu para as Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados. O percentual foi expandido para 30%. Os partidos, porém, nem sempre cumpriam as regras. Em 2009, a redação da lei determinou que as cotas de 30% de candidaturas femininas para cargos de vereadores e deputados fossem “preenchidas”, e não apenas “reservadas”.

Lei 9.504/1997 - Estabelece as normas gerais para as eleições (incluindo as cotas para candidaturas femininas).

A legislação foi evoluindo em alguns aspectos. Em 2020, uma decisão do TSE entendeu como obrigatória a reserva do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para as candidaturas de mulheres. E, este ano, a PEC 18/2021 fixou os 30% da reserva das candidaturas na Constituição e anistiou os partidos que não cumpriram a regra nos outros anos.

No entanto, apesar de alguns projetos avançarem na Câmara propondo a reserva de cadeiras, ou seja, para garantir que 30% das mulheres assumam os mandatos, nenhuma ainda foi aprovada. Ainda estamos longe da paridade, principal reivindicação da agenda política do movimento feminista. Será que é possível conquistá-la com o atual sistema político que temos?

As lutas das mulheres nos deram conquistas importantes nos últimos séculos. Temos acesso à educação, ao mercado de trabalho, hoje vemos mulheres em posições qualificadas e podemos votar e ser votadas. Mas apesar dessas lutas ganharem mais visibilidade a cada dia, enfrentamos desigualdades profundas mesmo entre nós. Ter mais mulheres em espaços de poder não é só uma luta pela ocupação dos espaços, mas para a visibilidade das pautas que nos interessam, pautas que promovam a transformação da sociedade. Quanto mais mulheres, mais diversas seremos. Estaremos menos solitárias e mais fortes para enfrentar os desafios do nosso país.

Hoje, no Brasil, 56,9% das pessoas vivendo em situação de pobreza são mulheres, sem parceiros e com filhos. As mulheres negras ou pardas, também com filhos e sem parceiros são 64% da população. A cada 4 minutos, uma mulher brasileira sofre agressão. A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada. Esses são apenas alguns números das desigualdades e opressões que enfrentamos no nosso cotidiano e que não são prioridade do debate político, já que homens, brancos e ricos são maioria nos espaços de poder.

A falta de mulheres no governo tem consequências na sociedade como um todo. Eleger mais de nós e conquistar a paridade nos espaços de poder é uma tarefa fundamental do nosso partido para construir que Brasil queremos. E não estamos falando de paridade como um número, uma meta a ser

alcançada. Estamos falando de eleger mais mulheres comprometidas com a transformação da vida de todas as mulheres.

tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/acoes-do-tse-valorizam-participacao-da-mulher-na-politica-e-incentivam-candidaturas-femininas

Sobre a PEC 18/2021: cfemea.org.br/index.php/noticias/4960-o-que-a-pec-18-2021-representa-para-as-mulheres

A pesquisa nacional mais recente sobre essas desigualdades é a PNAD (IBGE) de 2019: ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=publicacoes

OFICINA 1: PLANEJANDO A CAMPANHA

Campanhas eleitorais são experiências intensas, emocionantes, onde tudo acontece muito rápido. Da decisão da candidatura, passando pelas decisões internas do partido, a pré-campanha, até o primeiro final de semana de outubro, é tanta coisa que acontece que fica difícil a candidata não se sentir atropelada pelo ritmo das coisas.

Exatamente pela velocidade em que tudo acontece é que é tão importante PLANEJAR. Um bom planejamento prepara a candidata para as diferentes etapas do processo eleitoral e ajuda a colocar o foco no que realmente interessa: a política.

Na nossa caixa de ferramentas, temos algumas sugestões que podem ajudar no processo de planejamento. Elas podem ser usadas em um seminário de planejamento ou nas reuniões que a candidata tiver com seu grupo inicial de campanha. Nos materiais de apoio, listamos alguns manuais que sugerem mais ferramentas.

Lembrando que esse é só o início do percurso. Ao longo da nossa formação, veremos outras ferramentas para pontos específicos, como comunicação e mobilização, além de informações sobre o financeiro e o jurídico.

CAIXA DE FERRAMENTAS

1. QUESTIONÁRIO PARA A CANDIDATA

1.1 QUEM SOU EU E O QUE DESEJO NA POLÍTICA?

Para quem é militante, a política já é parte do cotidiano. Às vezes, a gente nem se pergunta por que fazemos parte dela, quais são as nossas prioridades ou o que queremos concretizar através de um mandato. Só que, quando nos candidatamos, estamos propondo um diálogo com muita gente. Uma cidade inteira, um estado inteiro. Vamos conversar com pessoas que não nos conhecem, que não militam no mesmo grupo que nós e que não entendem das pautas que defendemos. Investigar nossa trajetória e por que a política é importante para nós é o primeiro passo de um planejamento de campanha.

Para ajudar nessa reflexão, propomos algumas perguntas a serem respondidas pela candidata. Se você já tiver um grupo de campanha, o questionário pode ser compartilhado com o grupo para ajudar a pensar nos materiais, textos de apresentação e dar ideias para vídeos ou conteúdos para as redes.

As informações do questionário são importantes para que a candidata organize as suas informações e junto à equipe possa discutir que pontos são importantes para dar visibilidade durante a campanha.

PERGUNTAS

1. Em duas linhas, quem é você?
2. Conta a sua história? Onde você nasceu, como foi sua infância e como é a sua família?
3. Qual a sua formação e trajetória profissional?
4. E seu histórico de militância?
5. Qual o seu maior sonho?
6. Por que você é candidata?
7. Por que o PSOL?
8. O que a política significa para você?
9. Por que ocupar a política institucional?

10. Que causas você quer representar?
11. Se você não fosse política, seria o quê?
12. Quem mais incentiva a sua candidatura?
13. Quais são os desafios de representar o seu estado?
14. Escreva sobre o estado que você vai representar: quais são os principais problemas?
15. O que o estado tem que dá mais orgulho?
16. Que campanha você quer/imagina fazer?
17. Por que alguém votaria em você?

1.2 ONDE ESTOU?

As eleições variam muito de estado para estado. Estratégias que funcionam muito bem para as capitais não se aplicam a campanhas do interior, mensagens que repercutem numa campanha masculina não fazem o menor sentido para uma campanha feminina. Por isso, conhecer o contexto nos ajuda a dimensionar os desafios.

- Dentro do seu Estado, em qual região você quer atuar como candidata e como eleita? Qual o tamanho dela?
- Quais as características da região?
- Quais os principais problemas? E os principais medos e anseios da população?
- Quais as características da população do lugar (renda, idade, religião, número de eleitores)?
- Quais são os movimentos com força na região?
- Quem são as principais lideranças?
- Você conhece as mídias locais? Tem os contatos delas?

Além da análise do contexto da região, vale a pena refletir e pensar com o seu grupo sobre a concorrência eleitoral. O PSOL é um partido de esquerda e

em geral enfrenta elites econômicas e políticas consolidadas. É importante refletir sobre quem são os oponentes mas também com quem podemos contar.

- Quem são os principais quadros políticos?
- Quem foi eleito/eleita nas últimas eleições?
- Quem são os/as principais concorrentes na disputa eleitoral?
- Quem são seus/suas possíveis aliados/aliadas?

2. ANÁLISE DA CANDIDATURA - realizar com seu grupo local

Além do questionário de perfil e do levantamento das características e contexto da região na qual você vai atuar, outro instrumento de planejamento que indicamos é a análise FOFA (ou SWOT), que nada mais é do que identificar as forças e as fraquezas das candidaturas.

A análise FOFA da candidata deve levar em conta sua condição financeira, histórico profissional, pessoal, relações familiares, religião, hobbies, alianças políticas, rede de apoio e tudo mais que o grupo achar relevante.

A análise é uma dinâmica de grupo que deve ser feita como parte do planejamento e discussão política da candidatura. Para fazer, reproduza a tabela abaixo em uma cartolina grande e tente preenchê-la.

Como FORÇA ou FRAQUEZAS, podemos entender características como: ser uma candidata jovem, ser mulher, ter uma identidade territorial, ser uma pessoa ativa nas redes, ter um grupo político, ser vista como acadêmica... o grupo pode considerar, inclusive, que uma mesma característica pode ser uma força e uma fraqueza ao mesmo tempo.

Como oportunidades e ameaças, que são externas, podemos entender questões do contexto, como mudanças geracionais, incentivo do partido, maior fatia do fundo partidário, mais violência política, contexto de polarização... e de novo, uma mesma característica pode ser vista como oportunidade e ameaça.

	ÚTIL	PREJUDICIAL
ORIGEM INTERNA ATRIBUTOS DA CANDIDATURA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ORIGEM EXTERNA ATRIBUTOS DA AMBIENTE	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

3. PESQUISAS

Em campanhas majoritárias, é importante destinar parte dos recursos para pesquisas quantitativas ou qualitativas. Elas ajudam no planejamento da campanha e nos ajudam a mapear os desafios.

Como é muito difícil ter recursos para fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em candidaturas para o legislativo, considerem a possibilidade de usar as enquetes das redes sociais ou o próprio grupo criar uma pesquisa online em um formulário gratuito.

As respostas não contam para fins estatísticos, mas podem dar informações relevantes para o planejamento da campanha.

4. EQUIPE

Em campanhas militantes, a equipe é formada por quem faz parte do nosso grupo político e quem a candidata consegue agregar no processo. No entanto, vale a pena pensar nos cargos e funções necessárias para planejar contratações, identificar voluntárias com determinado perfil ou quem pode assumir mesmo sem experiência na função. Pensar nos cargos e funções necessários para uma campanha pode ser útil mesmo quando não vamos contratar pessoas porque nos ajuda a dividir as tarefas entre o grupo. Dessa forma, o grupo consegue aproveitar melhor o tempo disponível para a campanha, garantindo que mais de uma pessoa não esteja fazendo a mesma tarefa e que alguma tarefa importante não seja esquecida.

Um exemplo de divisão de responsabilidades:

Função	Tarefa
Articulação política	Relação com o partido, com a corrente e com as dobradas
Comunicação	Planejar e alimentar as redes; Criar site e materiais impressos; relação com a imprensa
Mobilização	Contato com voluntários e grupos de apoio; organizar pontos de distribuição de material; convidar pessoas para os eventos da candidatura;
Agenda	Organiza a agenda da candidata; Informa aos parceiros/parceiras e dobradas as datas dos principais eventos da candidatura; coleta as informações essenciais para a candidata participar de um evento;
Sombra	Pessoa que acompanha a candidata em todas as agendas, garantindo a cobertura e comunicação com o restante da equipe.
Logística	Responsável por prever os deslocamentos, garantir transporte, a distribuição dos materiais nos pontos e para os voluntários; planejar alimentação e espaço infantil dos eventos maiores;
Prestação de contas e jurídico	Responsável por organizar todos os comprovantes de gastos de campanha, abrir as contas da candidatura e manter o contato com o partido para eventuais problemas.

O importante é saber que tem funções políticas e técnicas que precisam ser definidas para que a candidata se concentre na tarefa fundamental de representar o grupo. Além das funções que listamos, algumas candidaturas criam Conselhos Políticos, que podem ajudar na construção das propostas, na mobilização de apoios e na arrecadação de doações.

MATERIAIS DE APOIO

O IM.PULSA é uma plataforma de formação criada por organizações da sociedade civil para ajudar mulheres que querem ser candidatas. Lá existem algumas ferramentas do projeto que vale muito a pena olhar:

CALENDÁRIO ELEITORAL:

www.impulsa.voto/materials/calendario-eleitoral-brasil-2022/

PERGUNTAS & RESPOSTAS:

www.impulsa.voto/perguntas/

MODELO DE ORÇAMENTO DE CAMPANHA

docs.google.com/spreadsheets/d/1ITVi6-WIKDwhUvx87hT8g-yuZwv0g6Rn-lAUa7ov50E/edit#gid=0

PARA APROFUNDAR A DISCUSSÃO SOBRE A LUTAS DAS MULHERES, ACESSE O CURSO “A VIDA E A LUTA DAS MULHERES NA ATUALIDADE: FEMINISMOS, DIREITOS E PODER!”.

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) também elaborou uma cartilha sobre a construção de candidaturas (a gente tem críticas, mas vale a pena olhar):

www.raps.org.br/biblioteca/construindo-campanhas-o-caminho-para-a-eleicao

TRILHA 2 PARA QUE CANDIDATURAS MAIS DIVERSAS?

Live: Gênero em intersecção com raça, classe e sexualidade.

Data: 9 de maio, 19h.

Oficina: Políticas públicas na perspectiva dos cargos e candidaturas.

Data: 16 de maio, 19h.

Grupo de discussão: Apresentação de 10 a 14 de maio

Grupo de discussão: Forças e fragilidades das nossas candidaturas de 17 a 21 de maio

Na TRILHA 2, vamos debater a diversidade e a interseccionalidade das candidaturas. Teremos uma oficina sobre o papel do Legislativo e conversaremos nos grupos sobre as nossas dúvidas.

REPRESENTAÇÃO E PODER: GÊNERO, RAÇA, CLASSE E SEXUALIDADE

“Não podemos separar as nossas opressões, ainda que elas não sejam as mesmas. Ninguém será livre até que todo mundo seja livre; e qualquer movimento por dignidade e liberdade também é um movimento por nossas comunidades, pelos irmãos e pelas irmãs, quer reconheçam isso, quer não. Entre nós, a diferença não deve ser usada para nos separar, mas sim para criar energia para a mudança social, enquanto preservamos a nossa individualidade. E, embora tenhamos sido programadas para nos olharmos com medo e desconfiança (a velha tática de dividir para conquistar), podemos superar esse medo aprendendo a respeitar nossas visões de futuro mais do que os terrores do passado. E isso não pode ser feito sem um trabalho pessoal árduo e, às vezes, análises dolorosas da mudança. [...]

Precisamos nos fazer perguntas realmente difíceis hoje [...]. Por exemplo, o que significa apoio real em um ambiente com frequência hostil? No que consiste e o que implica uma cultura genuinamente sem machismo, sem racismo? O que significa a responsabilidade da comunidade? Somente apertos de mão elaborados, roupas da moda, o direito de andar de mãos dadas nas ruas? Ou precisamos construir verdadeiras redes de apoio para nós? [...]

Estamos aqui em busca de um novo tipo de poder, a forma para mudar que está além das formas antigas, que não nos servem. Estamos aqui porque cada uma de nós acredita em um futuro para esta geração e para as posteriores. Estamos redefinindo nosso poder por um motivo, e esse motivo é um futuro que está em nossas crianças e jovens. Falo aqui não apenas daquelas crianças de quem somos pais e mães, mas de todas juntas, pois são de nossa responsabilidade conjunta, de nossa esperança. Elas têm o direito de crescer, livres da doença do racismo, do machismo, do classismo, da homofobia e do terror diante de qualquer diferença. [...]. Peço que nós nos comprometamos com as crianças de nossas comunidades, com o futuro em que elas sejam livres da opressão e do abuso, assim como da fome.”

Audre Lorde, poeta e ativista. Trecho do livro “Sou sua irmã”.

Somos plurais e de Norte a Sul do Brasil estamos em luta. Somos mulheres negras, brancas, cis, trans, trabalhadoras do campo e da cidade, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, mães, idosas, jovens, lésbicas, bissexuais, imigrantes, religiosas, com deficiências e muitas mais. Somos mulheres do PSOL em marcha por direitos, por democracia e pelo fim do bolsonarismo, com um programa feminista, antirracista, antiLGBTfóbico e anticapitalista.

E como este é um espaço de formação, é importante que reconheçamos estas diferenças e nos perguntemos que tipo de política queremos construir juntas e que futuro esperamos construir para a juventude e para

as crianças. Escolhemos nos candidatar porque confiamos que é possível fazer alguma mudança através dos espaços institucionais. Mas como eles são hoje? Falamos muito sobre a representação política das mulheres na Trilha 1, agora vamos falar um pouco sobre a representação das nossas outras identidades. Hoje em dia já é mais comum ouvirmos falar da importância de termos mais mulheres nos espaços de poder. Mas que mulheres são essas?

Apesar do crescimento da Bancada Feminina na última legislatura federal, por exemplo, muitas eleitas não atuam na defesa dos direitos das mulheres e muito menos as representam nas questões de classe, raça e sexualidade. Por isso é tão importante sair da lógica liberal e vazia de representatividade e construir candidaturas femininas comprometidas com uma agenda de transformação da sociedade.

CLASSE

No ano passado, o 1% mais rico da população recebeu, em média, 34,9 vezes a renda da metade mais pobre. Enquanto a parcela mais abastada ganhou uma média de R\$ 15.816 por mês, per capita, os mais vulneráveis receberam R\$ 453. Vamos aprofundar melhor o quadro das desigualdades do país na Trilha 3, mas é importante ter uma ideia do quadro geral da questão de classe para refletir sobre o nosso sistema político.

Vivemos numa democracia capitalista, o que tem reflexo direto na composição dos espaços de poder. Em geral, candidaturas consideradas “viáveis” são aquelas que têm apoio de setores com poder econômico, que querem ver seus interesses defendidos pelos eleitos e eleitas. O “poder de atração” das candidaturas tem um forte viés de classe.

Quem ocupa o topo da pirâmide social brasileira está super representado no poder, é maioria nos espaços de representação. Partidos em geral dão preferência para pessoas brancas de classe alta, com maior capacidade de aportar e atrair recursos e redes de apoio.

RAÇA/COR E ETNIA

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 54% da população brasileira é negra. A proporção do número de candidaturas de pardos/pardas e pretos/pretas nas Eleições Municipais de 2020 chegou a 49,9%, Nas Eleições Municipais de 2016, 51,45% dos candidatos se declararam brancos e 47,76% pardos ou pretos. No entanto, apenas 2,36% das parlamentares são autodeclaradas negras no Congresso Nacional.

O número de deputados federais que se declaram pardos subiu de 81 para 104 na comparação de 2014 com 2018. Já o número de pretos eleitos não oscilou e permaneceu em 21. As cadeiras ocupadas por negros (pretos e pardos) passaram de 102 para 125 em quatro anos e, a partir de 2019, respondem por 24,4% da Casa.

Temos uma indígena, a advogada Joenia Wapichana, eleita pela Rede em Roraima. E de etnia amarela temos Kim Kataguirí (DEM-SP) e Luiz Nishimori (PR-PR). No Senado Federal, 20 senadores autodeclarados pretos ou pardos foram eleitos nas eleições de 2018, representando 37% do Senado. Uma só mulher negra: Eliziane Gama, eleita pelo Maranhão (MA).

SEXUALIDADE

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a mudança para o nome social de pessoas trans e travestis no título de eleitor. No mesmo ano, tivemos aumento de quase 386%, se comparado às últimas eleições estaduais e federais de 2016, segundo a ONG Aliança Nacional LGBTQIA+.

A maior parte das candidatas LGBTQIA+ foram eleitas pelo PSOL: Erika Malunguinho (SP), Erika Hilton (SP), Fábio Félix (DF), Isa Penna (SP), Robeyoncé Lima (PE) e Jean Wyllys (RJ).

Apesar da pouca representatividade, a agenda fundamentalista e conservadora em relação à pauta LGBTQIA+ é extensa.

Nos grupos de debate, vamos conversar sobre os desafios das candidaturas mais diversas e sobre como dialogar com a sociedade sobre os temas do nosso interesse.

OFICINA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLATIVO

QUAIS SÃO AS RESPONSABILIDADES DO CARGO PARA O QUAL VOU CONCORRER?

A maioria de nós vai concorrer para os cargos de deputada federal ou estadual.

Segundo a Constituição, ao Legislativo compete basicamente legislar – propor e discutir leis e normas – e fiscalizar os atos do Executivo. No âmbito federal, o poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional – composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Na Câmara, ficam os deputados federais e no Senado, os senadores.

Uma deputada federal representa o seu estado nos debates que interessam a todo o país. Uma senadora também representa o seu estado nos debates nacionais, mas o Senado tem uma composição diferente. Enquanto na Câmara o número de deputados e deputadas varia conforme a população a ser representada, no Senado o número de parlamentares é o mesmo para todos os estados. Já uma deputada estadual representa a sua região nos debates que interessam a todo o estado.

Ao mesmo tempo, o governo, que é o Poder Executivo estadual, executa as políticas. Este Poder conta com o auxílio do/da vice-governador/a e também das Secretarias de Estado, que atuam como os ministérios, ainda que em menor escala. Prestação de contas, vetar e promulgar leis, nomear secretários do estado, criar e recolher impostos são algumas das atribuições do Poder Executivo estadual.

MATERIAIS DE APOIO

Este guia foi elaborado pela Mandata Ativista e apresenta as ferramentas que parlamentares têm ao seu alcance para acolher e apoiar demandas de ativistas, organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil.

www.impulsa.voto/materials/guia-pratico-de-incidencia-em-politicas-publicas

O Politize! tem mais informações sobre o Legislativo:

www.politize.com.br/poder-legislativo/

Para saber mais sobre como é discutido e organizado o orçamento público, vale a pena conhecer o material produzido pela consultoria técnica do Senado Federal:

www12.senado.leg.br/orcamentofacil

A linguagem orçamentária é um pouco complicada mesmo, mas talvez o glossário possa ajudar:

www25.senado.leg.br/web/congresso/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario

E para saber os desafios do Orçamento, o INESC lançou uma publicação que fala do tamanho do desmonte promovido pelo atual governo:

www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/

Vale a pena conhecer a experiência do ORÇAMENTO MULHER, metodologia desenvolvida pelo CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria - para o monitoramento dos recursos das políticas com impacto na vida das mulheres. O OM foi descontinuado em 2018, mas ainda é uma referência para a avaliação dos recursos do orçamento federal.

www.google.com/url?q=https://cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/orcamentomulher_12anosincidenciapoliticacfemea.pdf&sa=D&source=docs&ust=1650896313177445&usg=AOvVawOglqHuTpYcUOdEbWc_oak

O Orçamento Mulher foi usado, por exemplo, para o estudo técnico encomendado pela Liderança do PSOL, com vistas a analisar e comparar os valores alocados nas Leis

Orçamentárias que são destinados às políticas públicas para as mulheres.

drive.google.com/drive/u/0/folders/169_K21qQ4F4m_Wwb7ZfHXXBHQe4TQ8r-

TRILHA 3

Por uma política que enfrente a miséria e promova a dignidade das mulheres

Live: Desafios do Brasil Pós-Pandemia

Data: 23 de maio, 19h.

Grupo de discussão: Apresentação

de 24 a 28 de maio.

Oficina: O que queremos transmitir?

Mensagens e comunicação de campanha.

Data: 30 de maio, 19h.

Grupo de discussão

de 31 de maio a 4 de Junho.

Na TRILHA 3, vamos debater as desigualdades e os desafios do país. Na oficina, vamos conversar um pouco sobre comunicação de campanha.

DESAFIOS DO BRASIL PÓS-PANDEMIA

A Pandemia do Coronavírus causou uma crise sanitária e econômica sem precedentes na história recente do mundo. Até março de 2022, milhares de pessoas morreram e continuam morrendo no Brasil em decorrência dela. O Brasil é um dos países mais atingidos, principalmente pela política desastrosa do Governo Federal, baseada no negacionismo e na circulação de informações falsas.

Algumas medidas econômicas foram tomadas para amenizar os impactos da pandemia no país. A principal foi o auxílio emergencial. Aprovado devido à pressão dos movimentos e organizações da sociedade civil, o auxílio permitiu uma redução nos níveis de pobreza e miséria e reacendeu o debate sobre renda

mínima. Apesar de ter sido renovado para ficar vigente até o final deste ano – favorecendo o atual presidente eleitoralmente – a previsão é de que as desigualdades se ampliem, consequência do aumento dos preços e das condições precárias das políticas públicas de assistência e saúde.

Por todo lado, ouvimos relatos de miséria, fila para conseguir ossos e restos de carne, famílias cozinhando com lenha por não conseguirem pagar por um botijão de gás e aumento da população de rua. A renda média dos trabalhadores, por sua vez, chegou ao menor nível na série histórica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), iniciada em 2012. A inflação alta também corrói o poder de compra e impulsiona o ciclo de subida de juros.

Em 2020, a pandemia fez com que o PIB – Produto Interno Bruto, que soma todos os bens e serviços produzidos em um país – tivesse um dos seus piores desempenhos anuais na história. O tombo foi de 3,9% em relação ao ano anterior. Já em 2021, houve crescimento de 4,6%, compensando as perdas do primeiro ano de crise sanitária. Rafael Ribeiro, professor de economia do Cedeplar-UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais), explicou ao Nexo Jornal: “Esse crescimento se deve exatamente a um efeito estatístico, porque a base de crescimento de 2020 era muito baixa”.

Segundo Rafael, os fatores que poderiam servir de motores do PIB estão majoritariamente travados:

- O consumo das famílias está travado devido ao mercado de trabalho desaquecido, da renda baixa, da inflação alta e do endividamento elevado;
- Os investimentos estão travados devido às expectativas baixas de retorno financeiro, frente ao contexto de baixo crescimento econômico;
- O gasto do governo está travado pela redução de despesas emergenciais ligadas à pandemia; do teto de gastos (regra que limita as despesas do governo a um nível pré-determinado); porque muitos gastos, como o de emendas parlamentares, “não têm o mesmo poder de alavancar o crescimento”;

- As exportações líquidas (exportações menos importações) são a exceção, segundo Ribeiro. Isso porque a alta de commodities favorece a balança comercial brasileira e as exportações de produtores brasileiros.

Milhões de pessoas perderam o emprego durante a pandemia, a maioria mulheres. Tivemos o maior nível de desemprego da nossa história no início de 2021. Desde então, esta taxa vem caindo – no trimestre encerrado em janeiro de 2022, chegou ao menor patamar para o período em seis anos, segundo o IBGE.

Fonte:

www.nexojornal.com.br/expresso/2022/04/16/Quais-as-fragilidades-do-discurso-otimista-com-a-economia

As exportações líquidas (exportações menos importações) são a exceção, segundo Ribeiro. Isso porque a alta de commodities favorece a balança comercial brasileira e as exportações de produtores brasileiros.

Milhões de pessoas perderam o emprego durante a pandemia, a maioria mulheres. Tivemos o maior nível de desemprego da nossa história no início de 2021. Desde então, esta taxa vem caindo – no trimestre encerrado em janeiro de 2022, chegou ao menor patamar para o período em seis anos, segundo o IBGE.

Dois fatores ajudam a explicar a melhora:

- A criação de programas do governo que permitiram o corte de salários e jornadas, impedindo demissões.
- E o aumento da informalidade. Temos vagas de menor qualidade e costumam ter salário mais baixo.
- Esses são alguns dados do cenário econômico atual que nos ajudam a entender o cenário do país e os desafios que vamos enfrentar.

Vamos conversar no grupo sobre os reflexos cotidianos da crise e sobre o que estamos fazendo no combate à fome e à miséria.

Tudo aquilo que, se apresentando em seu estado bruto (mineral, vegetal etc), pode ser produzido em larga escala; geralmente se destina ao comércio exterior e seu preço deve ser baseado na relação entre oferta e procura. Os produtos como: café, açúcar, soja, trigo, petróleo, ouro etc., cujo preço pode ser designado pela oferta e procura (internacional). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/commoditie/>.

OFICINA 3: COMUNICAÇÃO DE CAMPANHA

É muito importante que a identidade visual e de comunicação da campanha tenha muito a ver com a candidata. Uma dica: a partir da Caixa de Ferramentas sugeridas na Trilha 1, identifiquem na sua trajetória os elementos fortes para fazer “a cara” da campanha. Não é possível inventar do zero, tem que estar colado na sua imagem pessoal. Na oficina, vamos falar mais sobre como pensar as principais mensagens da campanha, que tipo de materiais é importante ter e como aproveitar o potencial das redes.

MATERIAIS DE APOIO

O podcast Sycorax : Solo Comum foi criado com base nas discussões realizadas durante a tradução coletiva do livro Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns, de Silvia Federici, lançado pela Elefante em janeiro de 2022. A cada episódio, convidadas articulam conceitos mobilizados na obra da autora, como justiça, financeirização da vida e trabalho reprodutivo.

GUIA DE IDENTIDADE VISUAL

www.impulsa.voto/materials/identidade-visual-de-campanha/

MEDIA TRAINING E ORIENTAÇÃO PARA LIVES:

www.impulsa.voto/materials/media-training-e-como-conduzir-lives/

LIVRO “MULHER, ROUPA, TRABALHO: um olhar para a desigualdade de gênero” - Mayra Cotta e Thaís Farage. Link para comprar: amazon.com.br/Mulher-roupa-trabalho-desigualdade-g%C3%AAnero/dp/8584392203

TRILHA 4 FINANCIAMENTO DE CANDIDATURAS FEMININAS

Live: Financiamento de campanhas e o machismo institucionalizado da política

Data: 6 de Junho, 19h.

Oficina: Fundo eleitoral, crowdfunding e organização do financeiro da campanha

Data: 13 de Junho, 19h.

Grupo de discussão: Apresentação
de 7 a 11 de Junho

Grupo de discussão
de 14 a 18 de Junho

Historicamente, as candidaturas femininas recebem menos recursos para as campanhas do que as candidaturas masculinas. E pior: desde que há obrigatoriedade no cumprimento das cotas, é comum que os partidos inscrevam as mulheres sem garantir nenhum apoio. É o que chamam de candidaturas laranjas. Na TRILHA 4, falaremos dos recursos para campanhas: as questões estruturais, mas também como planejar a arrecadação e o financeiro da campanha.

NOVAS REGRAS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

O Congresso Nacional promulgou em 5 de abril deste ano a Emenda Constitucional 117 (originária da PEC 18/21), que obriga os partidos políticos a destinar no mínimo 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral às candidaturas femininas. A distribuição deve ser proporcional ao número de candidatas. A cota vale tanto para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha – mais conhecido como Fundo Eleitoral – como para recursos do Fundo Partidário direcionados a campanhas. Os partidos também devem reservar no mínimo 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão às mulheres. Em 2022, o Fundo Eleitoral será de R\$ 4,9 bilhões, enquanto o Fundo Partidário terá à disposição R\$ 1,1 bilhão. A nova emenda constitucional ainda destina 5% do Fundo Partidário para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários. Neste ano, isso seria o equivalente a R\$ 55,4 milhões.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já havia decidido desde 2018 que a distribuição do financiamento de campanhas eleitorais deveria ser proporcional aos candidatos de acordo com o gênero, respeitando o limite mínimo de 30% para mulheres. No entanto, a emenda constitucional anistia os partidos que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições ocorridas antes da promulgação. Com isso, não serão aplicadas sanções como devolução de valores, multa ou suspensão do Fundo Partidário.

Partidos que não utilizaram recursos para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres ou tiveram essas despesas rejeitadas durante a prestação de contas poderão utilizar o dinheiro nas próximas eleições, desde que o processo não tenha ainda transitado em julgado na Justiça Eleitoral.

[...] Nas eleições de 2018, as primeiras a garantir o financiamento público proporcional de candidatas mulheres, foram eleitas 77 deputadas, o equivalente a 15% do total. Isso representou um crescimento significativo em relação à legislatura anterior, quando apenas 46 deputadas tomaram posse ou 9% das 513 cadeiras da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Os movimentos de mulheres se opuseram à PEC 18/2021, porque ela coloca na constituição o teto atual da cota para as candidaturas femininas: 30%. Muito abaixo da paridade, que é a demanda dos movimentos.

Além disso, ela anistiou os partidos que vinham descumprindo a reserva dos recursos nas últimas eleições.

No entanto, a matéria traz um elemento que vai ser muito importante para a nossa discussão: a representação das mulheres aumenta quando há recursos para as campanhas. A relação parece óbvia, mas desmitifica a visão machista de que as candidaturas femininas são menos viáveis, menos competitivas. É uma questão de prioridade.

Segundo levantamento feito pela ONU Mulheres, apenas 28,5% dos R\$ 2,2 bilhões oriundos de financiamento público (somados o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e o Fundo Partidário), foram destinados a candidaturas de mulheres. Os homens receberam a maior parte (71,4%), de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, mais da metade de todos os recursos públicos se concentrou em candidaturas de homens a prefeituras (61,2%).

Outro dado revelado pela organização é que dentre os 33 partidos que lançaram candidaturas no ano passado, apenas seis investiram mais da metade dos recursos públicos em candidatas mulheres para o cargo de vereadora. Este número cai para dois na corrida pelas prefeituras. A conclusão dos especialistas ouvidos para a publicação é que não apenas de capital financeiro se fazem candidaturas competitivas e vitoriosas, mas também de capital social e político.

MATERIAIS DE APOIO

BOLETIM **#VIOLÊNCIANÃO** | PELOS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES - ONU MULHERES. Traz uma análise dos dados sobre a distribuição dos recursos para as candidaturas de 2020 por gênero:

www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/202110_ONUMULHERES_NEWSLETTER_04_2212.pdf

Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas

www.scielo.br/j/rdp/a/6kKRTFLdr67yVwqSbMGmkbG/?lang=pt

Candidatas laranjas: pesquisa mostra quais partidos usaram mais mulheres para burlar cotas em 2018

www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723

TRILHA 5

A GENTE SE ENCONTRA NA LUTA: CONTRA O FASCISMO E EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Live: Encerramento do curso - Diálogo
com movimentos
Data: 20 de junho, 19h.

Grupo de discussão: Avaliação do processo
de 21 a 25 de junho

Nossas lutas se encontram nas ruas e continuaremos nos encontrando, como candidatas e como parlamentares eleitas.

O neoliberalismo se apropria da nossa agenda de muitas formas, o que muitas vezes nos faz perder de vista os horizontes de futuro que queremos construir. Na luta pelo aborto, por exemplo, continuamos a ver as mulheres ricas procurando clínicas particulares enquanto as mais pobres recorrem aos abortos clandestinos. Por isso, não só lutamos pela legalização, mas por Justiça Reprodutiva, exigindo atendimento digno, gratuito e universal para todas as mulheres. Mais do que igualdade salarial, queremos direitos trabalhistas substantivos, com garantia dos nossos direitos de organização coletiva e reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado. Defendemos as leis que tratam das violências contra as mulheres, sem ignorar o encarceramento em massa e a brutalidade policial. Queremos o reconhecimento do nome social, das diversas formas de família, mas também a garantia de uma educação preocupada com a diversidade.

Queremos a igualdade de fato e, para isso, vamos construir uma transformação que seja duradoura. Ao ocuparmos a política com os nossos corpos, deve ser uma tarefa coletiva e radical. Uma candidatura se torna mais potente na medida em que representa um projeto coletivo. É essa condição que assegura mais fôlego à representatividade política, à capacidade de ampliação, de mobilização e à própria sustentação estrutural da campanha. Esta construção é fundamental. Procure as parcerias nas lutas, amigas, amigos, companheiras, companheiros, o PSOL, as pessoas próximas, a família. O diálogo e a escuta são os primeiros passos para a consolidação de uma rede sólida de apoio.

AVALIAÇÃO & ENCERRAMENTO

Para a Universidade Livre Feminista, a avaliação não se dá somente no final do percurso formativo. Ela nos acompanha em todas as Trilhas, permitindo que sejam feitos ajustes ou mudanças no decorrer do nosso caminho.

Ao final de cada trilha, as educadoras preenchem um formulário online para acompanhamento das atividades e avaliação parcial da participação e engajamento nos grupos. E a coordenação do curso fica disponível para dúvidas, sugestões, problemas que cada participante possa ter.

Para nós, a formação é um processo vivo e dinâmico. Esperamos que assim possamos construir um percurso que faça sentido e apoie as candidaturas nesse desafio imenso que serão as eleições de 2022.



GENOCIDA
BOLSONARO

GENOCIDA
BOLSONARO

#VIVA CIE
#VIVA SU
#TÁ PA
ORA BO

FORA



FUNDAÇÃO

LAURO CAMPOS e

MARIELLE FRANCO

PSOL